

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.186, DE 2005

Denomina Rodovia Federal Apolônio de Carvalho a BR-262

Autor: Deputado Geraldo Resende

Relator: Deputado Cezar Schirmer

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Geraldo Resende, com o propósito de denominar como Rodovia Federal Apolônio de Carvalho, o trecho Campo Grande-Corumbá da BR-262.

Justifica o autor, a propósito do homenageado:

Defendeu durante toda a sua vida exemplar todas as causas que se vinculam à justiça e à igualdade e trabalhou sempre pela construção do Partido dos Trabalhadores.

Comunista desde a década de 30 Apolônio foi um dos fundadores do PT e participou das principais lutas políticas do século passado no Brasil e no exterior.

Um dos mais antigos militantes de esquerda do país Apolônio de Carvalho morreu em setembro deste ano aos 93 anos.

Apolônio nunca pretendeu ser exemplo ou modelo a ser seguido. Mas ele é certamente, uma referência, uma inspiração para aqueles que, apesar de tudo, ainda acreditam que a fidelidade aos ideais, a coerência de atitudes e a ética nos comportamentos são as armas indispensáveis para a conquista de um mundo melhor para toda a humanidade.

Viveu o seu tempo e participou ativamente do processo de democratização do Brasil. Por tudo isso merece receber homenagem da nação, tendo seu nome encravado na BR 262, que liga Campo Grande à Corumbá.”

A proposição foi antes apreciada pela Comissão de Viação e Transportes e pela Comissão de Educação e Cultura, obtendo aprovação em ambas instâncias.

A tramitação é conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno, e a proposição nos foi distribuída para efeito do que estabelece o art. 54 do mesmo estatuto, isto é, para a análise da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em primeiro lugar, no âmbito da constitucionalidade, não temos restrições à matéria, uma vez que a iniciativa é deferida aos parlamentares (art. 61, *caput*), e o tema condiz com a previsão do art. 22, XI, devendo ser processado no Congresso Nacional (art. 48).

Sob o prisma da juridicidade, a proposição não atenta contra os princípios norteadores do nosso ordenamento jurídico e, até mesmo, procura dar cumprimento ao que dispõe o art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que trata, entre outras coisas, da denominação das vias.

Nada a opor no campo da técnica legislativa.

Nesses termos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 6.186, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Cezar Schirmer
Relator

2007_18124_Cezar Schirmer